



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

Rússia: Defensiva Estratégica e Aliança com a China

Marco Cepik (27/11/2017)

Mesmo tendo conseguido reduzir nos últimos anos o ritmo do declínio populacional, inclusive com estímulos à imigração e à natalidade, a Federação Russa tem estimados 144,4 milhões de habitantes em 2017, em comparação com 148,6 milhões em 1991, logo depois da dissolução da União Soviética. Ao longo de seus 11 fusos horários e mais de 17 milhões de km², a Rússia continua tendo que lidar com duas vulnerabilidades que marcaram sua história desde o primeiro Estado russo no século IX. A saber, a baixa densidade demográfica e a ausência de proteções naturais no Noroeste europeu e no Sudeste que conecta o núcleo central russo com a Ásia. Como destacou Charles Tilly (1996), a trajetória política da Rússia sempre foi caracterizada por escassez de cidades e de capital, compensada com intenso uso de coerção. A percepção de ameaça existencial e de singularidade cultural é profunda, apesar da enormidade do país e de sua diversidade. Basta lembrar de um episódio, pois apenas no cerco nazista a Leningrado (São Petesburgo) em 1941-1944 morreram mais russos do que todas as perdas de vida estadunidenses e britânicas somadas na Segunda Guerra Mundial.

Com variações significativas ao longo do período (1991-1999, 2000-2012, 2013-2018), a Rússia pós-soviética conseguiu reter as capacidades necessárias e suficientes para se manter como grande potência no sistema internacional. Ou seja, dispor de dissuasão nuclear crível, comando do espaço e forças convencionais que tornam extremamente custoso e, portanto, improvável, que qualquer outro país possa conquistar militarmente e dominar seu território e seus povos (81% russos, além de outras 160 etnias). Ainda assim, a grande estratégia da Rússia contemporânea é basicamente defensiva, voltada para manter unido e conservar um país que voltou a ter as fronteiras que possuía no século XVII, ameaçado por rebeliões separatistas ao sul e por uma aliança militar hostil que chega até o Báltico, a Ucrânia e o Cáucaso.

Neste sentido, como destacou Fabiano Mielniczuk, sob “Putin, a centralização política evitou a dissolução da Federação Russa por guerras separatistas e a reorganização econômica resultou em um aumento de mais de 150% no poder de compra dos russos. É a partir de Putin que se pode entender as intervenções militares russas na Ucrânia e na Síria como instrumentos para colocar um limite ao unilateralismo norte-americano, e contribuir para a emergência de um mundo multipolar – principal objetivo russo em política externa desde o final dos anos 1990” (<https://goo.gl/ENmjjD>).

Eis porque a distensão nas relações entre Estados Unidos e Rússia, entabulada no primeiro governo Obama sob o impacto da crise econômica de 2008 e epitomizada pela assinatura do Novo START (*Strategic Arms Reduction Treaty*) em 2010, revelou-se temporária e frágil. Principalmente depois das intervenções da OTAN



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

(Organização do Tratado do Atlântico Norte) na Líbia e na Síria, as relações entre o “ocidente” e a Rússia deterioraram significativamente.

Logo depois da última eleição de Valdimir Putin para a presidência em 2012, a Polônia e outros aliados americanos apoiaram em 2013 a campanha de desestabilização “Euromaidan” que leva à derrubada do governo Yanukovych na Ucrânia. Na sequência de uma série de ações e reações menores, a anexação da Criméia pela Rússia em 2014 e a Intervenção militar russa na Síria em 2015 marcaram a etapa que parece estar se encerrando agora, com impasses militares que forçam negociações políticas (<https://goo.gl/wdQydX>).

Ucrânia: impasse militar como solução política?

No caso da Ucrânia, o impasse militar na região de Donbass (onde ficam os dois *oblasts* separatistas de Donetsk e Lugansk) é uma solução menos pior para Putin do que para os europeus. No dia 24 de novembro, cinco soldados ucranianos foram mortos em confrontos com separatistas pró-russos ao norte de Lugansk. Foi mais um episódio que fragiliza a trégua acertada em agosto de 2017. Segundo o jornal *Financial Times*, o líder da autoproclamada República Popular de Lugansk, Igor Plotnitsky, foi substituído no mesmo dia pelo chefe de segurança Leonid Pasechnik (<https://goo.gl/hQm5kr>).

Ainda é incerto o impacto destes acontecimentos sobre os chamados acordos Minsk II, construídos com apoio do governo Merkel e assinados em fevereiro de 2015 pelos representantes da OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa), Ucrânia, Rússia, DPR (Donetsk) e LPR (Lugansk). De todo modo, segundo o Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Ucrânia divulgado em agosto pela ONU, desde o início do conflito armado, em março de 2014, mais de 10 mil pessoas morreram e quase dois milhões foram forçadas a sair de suas casas, com cerca de um milhão tendo buscado refúgio na Rússia (<https://goo.gl/Z1Zubg>).

Algumas das reações indignadas na Europa revelam que os aliados do presidente Poroshenko já consideram a situação *de facto* irreversível. O presidente do Conselho Europeu, o polonês Donald Tusk, por exemplo, atacou a Rússia no próprio dia 24 de novembro, ao final da 5ª Reunião de Cúpula da *Eastern Partnership*, que reúne os 28 países membros da União Europeia (UE) e seis ex-repúblicas soviéticas (Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldova e Ucrânia). Segundo Tusk, a União Europeia “nunca reconhecerá a anexação ilegal da Crimeia” (*sic*). Também reverberaram em Bruxelas as declarações da primeira-ministra britânica Theresa May, acusando a Rússia de ter realizado atividades cibernéticas hostis quando do referendo sobre o BREXIT em junho de 2016 (<https://goo.gl/DKUWvt>).

Ou seja, os europeus impuseram sanções económicas à Rússia desde 2014, mas Moscou respondeu com um embargo sobre as importações de produtos agroalimentares provenientes da União. E o governo Trump (e mesmo a Alemanha) parecem cada vez menos inclinados a defender os interesses de Kiev em detrimento



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

de uma barganha diplomática mais ampla com Putin a respeito de outros temas, como a Síria.

Síria: uma solução política com consequências regionais?

Já no caso da Síria, derrotado o Estado Islâmico as principais novidades são políticas. Moscou envolveu-se militarmente de forma direta no conflito na Síria a partir de setembro de 2015. Desde então, as forças russas ajudaram decisivamente o governo Assad a aumentar o território sob seu controle de 19 mil km² para mais de 78 mil km², sobretudo em pontos estratégicos como Latakia, Palmira, Raqqa, Deir ez-Zor, Damasco e Aleppo. Tendo coordenado ações e compartilhado inteligência com os governos da Síria, Iraque, Irã e com o Hezbollah (aliança 4+1) de forma mais intensa desde 2015, o esforço russo contra o Estado Islâmico também foi mais efetivo do que os Estados Unidos e seus aliados previram.

Com isso, Putin pode anunciar no dia 22 de novembro que a crise síria tinha entrado em "uma nova fase", depois de o país ter sido "salvo enquanto Estado". Em Sochi, balneário do Mar Negro na Rússia, Putin reuniu-se primeiro com o presidente sírio Bashar Al-Assad e, dois dias depois, com os presidentes Recep Tayyip Erdogan da Turquia e Hassan Rohani do Irã. Enquanto a Rússia e o Irã são aliados do presidente sírio, a Turquia apoia os rebeldes que o combatem. Entretanto, os três países patrocinaram juntos o chamado Acordo de Astana, assinado em setembro, que criou quatro "zonas de distensão" para reduzir a intensidade dos combates e permitir a negociação de um acordo político que ponha fim ao conflito na Síria. O presidente turco também declarou que existe a possibilidade de cooperar com Damasco contra a milícia curdo-síria Unidades de Proteção do Povo (YPG), considerada por Ankara como um braço do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) com ambições territoriais no norte da Síria. Ankara teme que a situação da minoria curda na Síria afete os 15 milhões de cidadãos turcos daquela etnia (<https://goo.gl/S6Lymh>).

O sucesso relativo do Processo de Astana contrasta com o impasse das conversações de paz oficiais das Nações Unidas em Genebra. O governo Putin tenta apresentar Astana como algo complementar e não antagônico a Genebra. Até aqui, porém, as forças apoiadas pelos Estados Unidos, França e Arábia Saudita (que investiu pelo menos 700 milhões de dólares por ano para derrubar Assad) e que se reuniram em Riad para buscar uma posição unificada antes de conversas de paz, recusam-se a aceitar a presença do presidente sírio em negociações sobre o futuro da Síria. Putin já obteve o apoio da Turquia e do Irã para a realização de um "congresso do povo sírio". Para Putin, tal congresso teria como primeira tarefa "a elaboração de um quadro para a futura estrutura do Estado, a adoção de uma nova constituição e, com base nisso, a realização de eleições sob supervisão das Nações Unidas". O próprio mediador das conversas de paz da ONU, Staffan de Mistura, disse aos grupos opositores reunidos em Riad que eles precisam ter as "discussões duras" necessárias para se chegar a uma "linha comum" realista após a derrota do Estado Islâmico na Síria (<https://goo.gl/FQPTBe>).



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

Na guerra civil síria, agora em seu sétimo ano, já morreram centenas de milhares de pessoas e mais de 11 milhões de pessoas foram deslocadas de suas moradias. Se o governo Putin for bem-sucedido em negociar uma solução política apoiada pela Turquia, Irã e Arábia Saudita, aceitável para os Estados Unidos, o governo sírio e as dezenas de grupos e facções, as implicações positivas em termos de redução das disputas militarizadas serão sentidas em todo o Oriente Médio e alhures.

China: uma aliança necessária e assimétrica

Não obstante o sucesso relativo da arriscada aposta que o governo Putin fez ao partir para o contra-ataque em condições desvantajosas a partir de 2014, a crescente dependência russa em relação à aliança com a China é o principal indicador de sua situação de grande potência que se defende estrategicamente contra o declínio relativo. Desde a assinatura do Tratado de Cooperação e Amizade em 2001, os dois países vêm honrando os cinco princípios que orientam mutuamente a parceria, a saber: 1) Respeitar a soberania estatal e a integridade territorial. 2) Não-agressão. 3) Não interferência nos assuntos internos. 4) Igualdade e benefícios mútuos. 5) Coexistência pacífica. Em 2008, as últimas pendências territoriais e fronteiriças entre os dois países foram resolvidas. Mais recentemente, as relações sino-russas foram uma vez mais testadas em três áreas cruciais para a Rússia: gás e petróleo, investimentos na Ásia Central, e armas e alta tecnologia.

Durante a cúpula de Xangai, em maio de 2014, os dois países assinaram um acordo para a compra chinesa de gás russo por 30 anos, um negócio com valor estimado em 400 bilhões de dólares. Além de importantes investimentos diretos e financiamento chinês, as compras chinesas permitiram que as empresas russas Gazprom e Sibur, alvos das sanções ocidentais, obtivessem compensações cruciais para as perdas sofridas em outros mercados. Além disso, no final de 2016 a Rússia e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) acordaram em reduzir o volume de produção visando a recuperação dos preços do barril. Neste sentido, as recentes negociações entre os russos e sauditas serão cruciais decisivas para o sucesso da manobra de Moscou (<https://goo.gl/yJkrmc>). O setor de gás e petróleo responde por 36% das receitas do orçamento federal da Rússia. Cerca de 70% das exportações russas de petróleo em 2016 ainda foram para a Europa, mas desde o ano passado a Rússia também tornou-se o principal fornecedor de petróleo para a China, superando a Arábia Saudita (<https://goo.gl/kVHN7Q>).

A rápida evolução da posição russa a respeito da chamada Iniciativa Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative – BRI*) também é um indicador do aprofundamento da aliança sino-russa. Ao invés de anunciar planos concorrentes (como União Européia, Índia e Japão fizeram), Moscou aposta na sinergia entre a BRI e a União Econômica Eurasiática (EEU), o bloco econômico criado em 2014 pela Rússia, Cazaquistão, Bielorrússia, Armênia e Quirguistão (além dos candidatos Tajiquistão, Uzbequistão e



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

Turquemenistão). Desde a reunião de Cúpula em maio de 2015, Moscou e Pequim reiteraram o apoio mútuo para as duas iniciativas simultaneamente.

Finalmente, há sinais de que os temores russos acerca da competição chinesa no setor de armamentos de alta tecnologia, que aumentaram depois do episódio em que a China utilizou o caça avançado Su-27SK como base para o desenvolvimento do seu próprio caça, o J-11B. Desde novembro de 2015, quando a China anunciou a compra de 24 caças russos Su-35 no valor de dois bilhões de dólares, juntamente com mísseis terra-ar S-400 e outros equipamentos, o comércio de armas de alta tecnologia entre os dois países foi retomado com força. Em particular, a venda de motores de foguetes avançados (RD-180) é uma prioridade para os dois países, mas especialmente para o complexo militar-industrial russo (<https://goo.gl/oCJo1L>). Com gastos anuais de defesa acima de 4,5% do PIB e um plano para modernizar 80% das suas forças militares convencionais em dez anos, a Rússia precisa de receitas, tanto ou mais do que a China precisa de alta tecnologia.

Claro que haverá diferentes expectativas e ênfases entre os dois países, sendo que as relações chinesas com os Estados Unidos (inclusive a respeito do Mar da China Meridional) são muito menos confrontacionais do que a posição russa no leste europeu ou no Oriente Médio. Por exemplo, reagindo à recente decisão do governo Trump de recolocar a Coreia do Norte na lista de países que promovem o terrorismo, o ministro das relações exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, classificou como inaceitável e irresponsável a medida (<https://goo.gl/H4WdBu>). Ainda assim, a posição russa e a chinesa estão longe de representar qualquer aval à Coreia do Norte, enfatizando a desproporção entre as contra-medidas e a retórica belicista da Casa Branca e o tamanho da ameaça representada por Pyongyang (<https://goo.gl/JNYkC5>).

Em março de 2018 ocorrerá o primeiro turno das eleições presidenciais russas. Putin poderá concorrer para um novo mandato, o que será anunciado em meados de dezembro. Em novembro de 2017, diferentes pesquisas de opinião situam seu apoio popular entre 53% e 68%. A Rússia e Putin continuarão indissociáveis?



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

Leituras Sugeridas

CHARAP, Samuel; DRENNAN, John; NOËL, Pierre. Russia and China: A New Model of Great-Power Relations, *Survival*, 59:1, 25-42, 2017.

DUARTE, Erico; SUDBRACK, Lucas. A política internacional do Ártico no século XXI: degelo e nova fronteira Russa. *Revista Carta Internacional*, v. 11, n. 01, 2016, pp. 221-244.

MIELNICZUK, Fabiano; PICCOLLI, Larlecianne. Política e sociedade na Rússia atual. *Em Debate (Belo Horizonte)*, v. 7, p. 50-54, 2015.

MIELNICZUK, Fabiano. A Crise Ucraniana e suas Implicações para as Relações Internacionais. *Conjuntura Austral*, v. 5, p. 4-19, 2014.

PAUTASSO, Diego. *China e Rússia no Pós-Guerra Fria*. Curitiba, Juruá, 2011.

PECEQUILO, Cristina (Org). *A Rússia. Desafios presentes e futuros*. Curitiba: Juruá, 2010.

PICCOLLI, L.; MACHADO, L; MONTEIRO, V. F. A Guerra Híbrida e o Papel da Rússia no Conflito Sírio. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. v.3, p. 189-203, 2016.

STUENKEL, Oliver. *BRICS e o Futuro da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 2017.

VISENTINI, Paulo et al. *BRICS: As Potências Emergentes*. Petrópolis-RJ, editora Vozes, 2013.